



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL: impactos na vida social

THE SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUE IN BRAZIL: impacts on social life

Aurora Amélia Brito de Miranda¹

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e discussões realizadas na disciplina Questão Social e Serviço Social II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Inicialmente se fez um resgate da questão socioambiental como expressão da questão social e a seguir apresentamos os principais impactos na vida social da crise socioambiental no Brasil, como uma expressão da questão social no século XXI. A questão socioambiental se coloca como um dos temas mais relevantes na atualidade, pelo fato de nos colocar que há *limites para a dominação da natureza*, assim, estamos diante de um desafio que não é só técnico, mas também político e civilizatório.

Palavras-Chaves: Questão Social, Questão Ambiental, Estado Brasileiro.

ABSTRACT

This article is the result of a bibliographic research and discussions carried out in the discipline Social Question and Social Service II, of the Social Service course at the Federal University of Maranhão. Initially, the socio-environmental issue was rescued as an expression of the social issue and then we present the main impacts on the social life of the socio-environmental crisis in Brazil, as an expression of the social issue in the 21st century. The socio-environmental issue arises as one of the most relevant themes today, because it tells us that there are limits to the domination of nature, thus, we are facing a challenge that is not only technical, but also political and civilizing.

Keywords: Social Issue, Environmental Issue, Social And Environmental Impacts. Brazilian State.

¹ Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: aameliam@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica e de reflexões realizada na sala de aula, na disciplina Questão social e Serviço Social II, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. Inicialmente se fez um resgate da questão socioambiental como expressão da questão social e a seguir apresentamos os principais impactos na vida social da crise socioambiental no Brasil, como uma expressão da questão social no século XXI.

O conceito de meio ambiente ou a questão socioambiental, geralmente, é analisado de um ponto de vista restrito à preservação da natureza. É somente a partir dos anos 60, do século XX, que o debate acerca desta questão passa a estar relacionado ao desenvolvimento das sociedades e então amplia-se e complexifica-se, passando a ser um dos temas mais relevantes no século XXI.

A tradição científica moderna hegemônica apresenta as marcas filosóficas que operou a separação entre homem e natureza, consagrada na dicotomia entre ciências naturais e humanas e, modernamente, na separação entre sujeito e objeto. O filósofo Francis Bacon (1561-1650), eternizado como o pai da ciência moderna, vai defender a ideia da natureza como objeto, consagrando, assim, a separação homem/natureza no imaginário moderno, em que em grande parte o homem domina a natureza. No entanto, essa ideia de dominação da natureza só tem sentido se considerarmos que a espécie humana não é parte da natureza, pois, se considerarmos que somos todos natureza, há um outro paradoxo, saber quem vai dominar o dominador. (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Assim, a ideia da dominação da natureza passa a ser o grande desafio da questão socioambiental na contemporaneidade, não só a ideia da dominação da natureza, mas a própria ideia de dominação, pois implica que o outro a ser dominado, grupos sociais, classes, etnias ou a natureza, não seja considerado na sua totalidade ou plenitude.

Essa concepção de dominação da natureza pelo homem, permitiu ou autorizou a dominação dos povos/etnias e demais grupos sociais assimilados à natureza, portanto, considerados inferiores, podendo assim, serem dominados pelos povos ditos “civilizados”. Dessa forma, todo um rico conhecimento desenvolvido por milhares de anos e milhares de povos e etnias, foi inferiorizado e desperdiçado. Um conhecimento

que é fundamental para qualquer política pública séria e responsável que objetiva cuidar do patrimônio socioambiental da humanidade.

O homem não produz água, terra, oxigênio, carvão, petróleo, energia solar (fotossíntese), somos extratores, portanto, mais uma razão para a preocupação e o respeito com o uso desses recursos que não são inesgotáveis, e que, portanto, dependemos deles para viver. Assim, a necessidade do respeito à produtividade biológica primária é fundamental, essa lição já nos ensinava os povos da floresta, com as reservas extrativistas, por exemplo, cujo líder seringueiro Chico Mendes, foi assassinado por defender esse patrimônio.

Portanto, esse é o grande desafio iniciado nos anos de 1960-1970, e podemos afirmar, também, que se torna um dos temas mais relevantes na atualidade, pelo fato da questão socioambiental nos colocar que há *limites para a dominação da natureza*, assim, estamos diante de um desafio que não só técnico, mas também político e civilizatório.

2 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.

A origem da crise ambiental no capitalismo, está ligada a relação sociedade/natureza. Neste sentido, Dupas (2008, p.21), afirma que o capitalismo global gerou duas tensões fundamentais, a estagnação dos níveis de pobreza e miséria e uma crise ambiental sem precedentes, provocada pelo próprio modelo econômico. Um modelo que tem por base a acumulação de capital e o lucro sem fim, que leva a extinção dos recursos e coloca em risco a existência humana. Assim, a crise ambiental questiona a racionalidade desse modelo.

Vivemos numa situação dramática de vasto e profundo processo de dominação da natureza. E talvez, não haja no mundo, uma região tão significativa das contradições colocadas pelo desenvolvimento global como América Latina, e nela, a região Amazônica. É nessa região onde há o maior processo de expropriação dos trabalhadores rurais, camponeses e povos originários, que têm uma relação secular com a natureza, mas são desterritorializados pelo que Teubal (2011) denomina de “agricultura sem agricultores”.

No final dos anos de 1970, com o neoliberalismo, os Estados a partir de uma determinação nos organismos multilaterais, como Banco Mundial, o Fundo Monetário

Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio, passam a trabalhar em prol do que o mercado determina. A partir desse processo, os trabalhadores passam a sofrer todas as situações de expropriação, concentração fundiária, visando grandes monocultivos, pacotes tecnológicos que subjagam os agricultores com alto consumo de energia e insumos, inclusive o uso de agrotóxicos, sementes modificadas em laboratório-fábricas de grandes corporações – e não mais cultivadas pelos camponeses ou povos originários (abandono das sementes cultivada pelos próprios trabalhadores, as chamadas sementes crioulas).

Assim, o discurso desenvolvimentista, do crescimento técnico e científico, passa a constituir-se como o discurso da verdade, do mundo moderno-colonial, desqualificando, portanto, outros saberes, outros conhecimentos, outras falas. Entendemos, que é preciso colocar limites a esse discurso, porque como afirma Porto-Gonçalves, (2012, p. 101), “a humanidade toda, embora sofrendo de modo desigual, está submetida a riscos derivados de ações decididas por alguns poucos”. Assim, o que está em jogo com a questão ambiental é a reapropriação social da natureza. Pois, com o capitalismo, os camponeses e os povos tradicionais são expulsos de seus territórios, são desterritorializados, passam a ter apenas sua força de trabalho, e assim, tornam-se mercadoria disposta à compra e venda. Ao separar o homem da natureza, há uma separação de parte da humanidade das suas condições naturais de existência.

A questão socioambiental é entendida como uma das manifestações da questão social e refere-se à utilização desenfreada de recursos naturais renováveis ou não, de modo que a natureza seja devastada e sofra destruições irreversíveis para obtenção de lucro, através das inovações tecnológicas, novas matérias primas, à poluição atmosférica causada durante a produção, erosão do solo, o descarte indevido de lixo, a desapropriação de terras, as queimadas, o desmatamento para pecuária e monocultura, privatização de recursos hídricos, entre outros.

A partir desses pressupostos Silva (2008, p. 51), afirma que:

A questão ambiental refere-se a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais realizadas pelo alto nível de produção e consumo.

O uso de recursos naturais para satisfação das necessidades materiais ligadas à sobrevivência demonstra a relação dependente entre o ser humano e a natureza. Como destaca Netto e Braz (2012) é a natureza, propiciada através do trabalho, que condiciona a manutenção dos indivíduos, sendo elemento intrínseco para a existência da sociedade.

No entanto, o determinante não é a existência da vida, da sociedade e sim, o agronegócio rentista e a dependência face ao imperialismo não se tornaram obstáculos ao completo desenvolvimento capitalista do país, pelo contrário, a grande propriedade transformou-se em empresa capitalista agrária e, com a participação do capital estrangeiro, contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em um país moderno com alta taxa de urbanização e complexa estrutura social.

É o modelo rentista-neoextrativista, centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas, transmutadas em commodities. Isto é, capital financeiro e suas formas exorbitantes de lucros, via juros; acumular riquezas pela via da expropriação do agronegócio e da mineração com base na intensa mercantilização de commodities agrícolas e minerais. Processos esses realizados pela ação do Estado, ou seja, a transformação capitalista teve lugar graças a acordos entre as frações de classe economicamente dominante, à exclusão forçada das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.

As origens e o desenvolvimento da revolução burguesa são marcadas pelo o mundo rural, onde a grande propriedade da terra é o maior protagonista, devido a agricultura ter viabilizado historicamente a acumulação de capital no âmbito do comércio e da indústria, o que favoreceu a “combinação entre a ordem tradicionalista e as concepções de cunho liberal que sustentam, no nível ideológico, o ordenamento competitivo da economia (FERNANDES, 1975, p.105) ou, como afirma Iamamoto (2007 p.136), a burguesia brasileira aceita o princípio da livre-concorrência nas relações econômica estratégicas, porém, na prática, rejeita a igualdade jurídico-política, tal como determina as cartas constitucionais. Estabelece-se, assim, uma estranha articulação entre o conservantismo no plano político, (tão em voga, ultimamente) e a incorporação do ideário liberal e sua defesa no campo de seus interesses econômicos.

Essa articulação adquire inteligibilidade, ao se considerar o papel desempenhado pela grande propriedade na organização política brasileira, tendo em vista, que os interesses destes foram preservados, sem impedir a modernização capitalista, dando

forma à modernidade arcaica no Brasil. Aqui, o ideário liberal foi incorporado na Constituição Federal de 1824, juntamente com a escravidão e com práticas que tem o “favor como mediação quase universal” (SCHWARZ, 1981, p. 23-25).

As elites dominantes envolvidas nas atividades comerciais agroexportadoras, identificam-se no mercado internacional com a lógica do lucro e com as ideias de liberdade e igualdade que a supõem. Porém, na prática, esse conjunto ideológico defronta-se com a força e a violência nas relações básicas de produção e com “homens livres” – mas, na verdade, dependentes. Dessa forma, a burguesia incorpora no discurso as elaborações europeias contra o arbítrio e a escravidão, mas, na prática, afirma o favor e o clientelismo em instituições que proclamam formas e teorias do Estado burguês moderno.

“Um liberalismo regressista”, com feição antidemocrática e antirrevolucionária, que não se constrói sobre a universalidade da figura de cidadão. Pelo contrário, as elites ajustam suas formas de dominação, adaptam-se à industrialização intensiva na defesa e consolidação da economia brasileira como uma economia de regulação monopolista, agravando o desenvolvimento desigual interno e intensificando a dominação externa. Uma defesa do progresso dentro da ordem, prevenindo e antecipando as ameaças revolucionária da sociedade.

A partir da “modernização conservadora”, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, que se expressam também nas políticas e diretrizes governamentais, que resulta, num ritmo lento, concentrador, conservador, excludente da modernização capitalista da sociedade.

3 OS IMPACTOS DA CRISE AMBIENTAL NO BRASIL: expressão da questão socioambiental no século XXI.

A pauta da atualidade sem sombras de dúvidas é a questão ambiental e suas respectivas expressões, que caminham de mãos dadas com a questão social, agravada pelo modo de produção capitalista.

A questão ambiental é seguida do que hoje se conhece por crise ambiental, legada em grande parte às reflexões iniciadas nas décadas finais do século XX, após a crise do petróleo, ficando às claras que os recursos naturais são limitados e que a

ideologia desenvolvimentista, que afirmava que os avanços tecnológicos e científicos por explorações da matéria prima acarretariam na melhoria da qualidade de vida não se sustentou. Esse fator coloca, assim, mais que uma crise ambiental, uma crise civilizatória, na qual o futuro da própria humanidade corre risco, devido a constante predação e degradação, advindo do atual modelo econômico e social em curso.

No Brasil não tem sido diferente, pois ao longo dos anos vem se desenrolando um processo histórico de apropriação indevida dos recursos instalados aqui, desde o processo colonizador e intensificado com a entrada tardia de um suposto modelo modernizador na metade do século passado, culminando, na entrada do século XXI, com os seguintes fatores apontados por Saccaro Junior (2015), redução do cerrado, substituição de florestas por pastos e plantações, desmatamento, degradação dos ecossistemas, uso inadequado do solo nas regiões nordeste e sudeste.

Somando-se a isso, foi com grande preocupação que assistimos no ano de 2019, o estopim da crise global no Brasil. O atual governo vem contribuindo para um cenário cada vez mais preocupante, que de alguma forma tem levado a um colapso ambiental, com o uso indiscriminado dos recursos naturais.

Só no primeiro semestre de 2019, o Brasil registrou 18 mortes em conflitos socioambientais, entre os mortos, 04 eram indígenas. No que se refere aos povos indígenas, o governo Bolsonaro vem incitando o preconceito e o ódio na população indígena e negando os direitos aos seus territórios.

O conselho Indigenista Missionário (CIMI) denunciou no dia 07 de dezembro daquele ano, mais um atentado com vítimas fatais contra o povo Guajajara no Estado do Maranhão, e contra um indígena Tuiuca, no estado do Amazonas. Foram 02 indígenas assassinados: os caciques Firmino Praxede Guajajara, da terra indígena Cana Brava, e Raimundo Belnício Guajajara, da terra indígena Lagoa Comprida. Lembramos ainda que no dia 01 de novembro de 2109, a liderança Paulo Paulino Guajajara foi assassinado na Terra Indígena Araribóia, no estado do Maranhão.

Conforme o sertanista, indigenista, etnógrafo e ex-presidente da FUNAI, Sydney Possuelo (2019), indigenismo e meio ambiente são inseparáveis. E vivem o pior momento com a alta de desmatamentos e queimadas no governo Bolsonaro, o que, deveria levar o presidente a refletir sobre os rumos de sua política para a Amazônia.

Conforme Possuelo, “Bolsonaro precisa ver que estamos na contramão do mundo. Hoje está feio e constrangedor falar que é brasileiro.”

Sydney Possuelo (2019), afirma que os territórios indígenas representam 12,2 % superfície do país. E que de 1910 para cá, haviam sido demarcados 500 e poucos mil quilômetros quadrados de terra indígena. Pois a demarcação de terras indígenas, é um ato de soberania para o governo brasileiro. Éramos reconhecidos como um país que cuidava dos povos indígenas e que administrava o meio ambiente.

No que se refere ao uso de agrotóxicos, pode-se tomar como exemplo dessa conjuntura, a massiva liberação, até setembro do ano de 2019, de mais de 325 tipos de agrotóxicos para combate de pragas. O Brasil é o maior utilizador de agrotóxicos do mundo, e assim, vem prejudicando os biomas e causando mortes e doenças como câncer, infertilidade masculina e malformação fetal.

Cabe mencionar, também, as queimadas que aconteceram no mês de agosto, do ano de 2019, que afligiram a Pré-Amazônia: a noite ficou às claras em Rondônia e a tarde às escuras em São Paulo, devido a intensa queimadas, creditando, assim, o recorde desta década. É importante, demarcar que a Pré-Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, o maior bioma do país e abrigo de grandes recursos naturais, como imensas reservas hídricas, uma diversidade de flora e fauna (em grande parte, existentes somente ali), uma capacidade mineralógica incalculável, contendo ferro manganês, alumínio, ouro, gás e até petróleo e um imenso bioma, que corresponde a 20% do oxigênio gerado em nosso planeta e, por isso, leva o título de pulmão do mundo.

Infelizmente, os impactos dessa devastação causaram sérios danos socioambientais, como perda de 9.762 km² de floresta, perda de parte da flora, morte de diversas espécies, entre estes, diminuição de primatas, um possível desaparecimento de alguns pássaros, alteração do modo de vida das comunidades tradicionais habitantes da região e uma crescente piora do nível do oxigênio no planeta, devido às intensas liberações de dióxido de carbono, o que contribui para o agravamento do aquecimento global.

Ainda dentro deste cenário, no final do mês de agosto do ano de 2019, o litoral nordestino foi tomado por imensas manchas de óleo/mistura de petróleo, atingindo os nove estados da região Nordeste e dois da região Sudeste, Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Este desastre poluiu nossas belíssimas praias, totalizando 7,5 mil km de

extensão somente em danos ambientais. Os prejuízos são inestimáveis para a biodiversidade costeira, por exemplo, a grande barreira de corais de Abrolhos foi atingida e grande parte da biodiversidade presente ali, além dos mares, rios e mangues foram também afetados; animais marinhos foram mortos ou ficaram prejudicados pela contaminação com petróleo, contaminação de toda a cadeia alimentar proveniente da região por tempo indeterminado, as praias ficaram impróprias para o banho e comunidades tradicionais, bem como os demais habitantes que dependiam do sustento, foram prejudicados.

Esses trabalhadores, também, correm risco de sofrerem danos físicos, psicológicos e psicossociais, ocasionados pela exposição com o óleo no litoral brasileiro, ou seja, este dano ambiental, vale sinalizar, o maior acidente ambiental em extensão do Brasil e da história do litoral brasileiro, deteriorou toda a sócio-biodiversidade presente ali e levará décadas para se estabilizar novamente.

O posicionamento do governo brasileiro diante do impacto ambiental e a demora para iniciar o processo de limpeza das praias foi bastante preocupante. Demorou mais de um mês, (precisamente 41 dias), após as primeiras manchas de óleo chegarem às praias, para o governo tomar alguma iniciativa. Foi só após a exposição de voluntários, pescadores e demais trabalhadores, que não tinham os equipamentos de proteção necessária para retirar o óleo das praias, que o governo passou a tomar algumas iniciativas, via IBAMA, exército e marinha brasileira

E, não poderíamos deixar de mencionar, um dos maiores desastres ambientais do país, que foi o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho no estado de Minas Gerais. Primeiro, em 05 de novembro de 2015, a maior tragédia envolvendo barragens de rejeitos em toda a história, aconteceu no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana. Foram de 50 a 60 milhões de metros cúbicos de dejetos despejados.

Em 25 de Janeiro de 2019, aconteceu de novo, um dos acidentes mais letais já registrado pelo setor de mineração no Brasil, com 241 vítimas fatais localizadas, o de Brumadinho, também em Minas Gerais. (Cordeiro, 2019). Os prejuízos socioambientais são incalculáveis, o ecossistema presente ali foi destruído, pela contaminação pelos rejeitos químicos da mineração de rios, do solo, extinção da biodiversidade. As comunidades tradicionais e populações dos entornos com seu modo de vida afetados e,

o mais grave, vidas que foram dizimadas pela ganância que subestima o valor da natureza e vidas ao superestimar o lucro, a acumulação.

O atual governo brasileiro também vem promovendo ataque, perseguição e desmantelamento dos órgãos de proteção ambiental, principalmente às organizações não governamentais (ONGs). Demitiu em agosto de 2019 o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) por ter apresentados os dados de aumento do desmatamento no Brasil.

E os dados do desmatamento continuam crescendo na Amazônia, conforme o (INPE), de 05 de junho de 2020. Comparando os dados do mês de maio deste ano, com abril, houve um acréscimo de 34%. Se comparamos com agosto de 2019 a maio de 2020, os dados mostram que houve uma área desmatada de 6.064 km quadrado, tornando-se como o maior índice dos últimos anos e 78% maior do que o registrado no período entre 2018 e 2019. Assim, estamos caminhando para um ano recorde em desmatamento, e ainda não chegamos no período mais seco do ano, onde geralmente há um aumento também de queimadas.

Levando em conta, a crise no sistema de saúde que o Mundo e o Brasil estão atravessando, devido a Covid-19, os danos das queimadas na Amazônia podem ser fatais para os ribeirinhos e demais trabalhadores este ano.

O caráter socioambiental dessa crise, desvelado pelos impactos ocasionados pelos diversos desastres impulsionados pela acirrada corrida de acumulação do capital, demonstra como a questão ambiental é uma expressão da questão social ao afetar de forma dilacerante o âmbito social, a forma como as relações sociais se manifesta e como isso vem sendo marcante na vida dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores tradicionais, como os ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas e outros.

4 CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados a partir do resgate histórico do conceito de meio ambiente, e sua relação com a questão social no Brasil, explícita numa modernização que se realiza a partir do atraso, que se reflete nos impactos das ações de Estado brasileiro e sua política ambiental, que se torna inócua, ineficiente e omissa em construir uma política pública socioambiental eficiente e que possa conter os desastres ambientais ocorridos.

A questão socioambiental não estar apartada desse contexto e se agrava, diversifica-se e se expressa nas reivindicações dos povos tradicionais, dos sem-terra, quilombolas, indígenas, dos atingidos por barragens, e contra a degradação ambiental.

No Brasil há um retrocesso no que se refere às políticas ambientais, visando até medidas de destruição da vida, como a agroindustrialização da Amazônia e do Cerrado, a mineração em terras indígenas, com consequências no que se refere ao genocídio indígena e quilombola.

Acreditamos que só a conscientização, a organização e a mobilização popular sejam capazes de alterar a atual política desse governo, exigindo medidas eficazes contra o avanço do desmatamento e contra o descaso com as florestas e a vida, pois a terra e o indivíduo não estão separados, mas profundamente entrelaçados em uma teia mais ampla – a vida.

Quando a natureza quer, as coisas param. O mundo cultural inteiro está num grande "pause". Na natureza não existe punição, nem prêmio, só consequência. As únicas universidades de cinco séculos que o Brasil possui são as florestas. A gente está colocando fogo nelas, junto com esse fogo a gente está mandando embora toda a sabedoria e toda a possibilidade de salvar o planeta que elas guardam.

Emicida 05 de junho2020.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT. **Atlas de conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017.

DIEGUES, A. C. S. Sociobiodiversidade. In: _____. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**, Luiz Antonio Ferraro Júnior (org.). Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

EXAME. **Por que os incêndios na Amazônia geraram uma crise no Brasil e no mundo?** In: Sydney Possuelo. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/por-que-os-incendios-da-amazonia-geraram-uma-crise-no-brasil-e-no-mundo/>> Acessado em 18 de dez. 2019.

FERREIRA, M. B. M; SALLES, A. O. T. **Política Ambiental Brasileira: Análise Histórico-Institucionalistas das Principais Abordagens Estratégicas**. Revista de Economia, Paraná, ano 2016, v. 42.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2007.

MAGRINI, A. **Política e Gestão Ambiental: Conceitos e Instrumentos**. Revista Brasileira de Energia, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 1, 2001.

MARTINS. J.S. **O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

NATIONAL GEOGRAPHI. **Liberação recorde reacende debate sobre uso de agrotóxicos no Brasil**. Disponível em:<<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/07/liberacao-recorde-reacende-debate-sobre-uso-de-agrotoxicos-no-brasil-entenda>> Acessado no dia 16 de dez. de 2019.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 47

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio ambiente, n. 24, 2011.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. Ambiente (Meio ambiente) In: **Dicionário da educação no Campo**/Organizado por Roseli Salette Caldart.. Rio de Janeiro. Expressão Popular, 2012.

RUPPENTHAL, J. E. **Gestão ambiental**. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as Batatas**. Ed. São Paulo. Livraria duas cidades. 1981.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”**: O Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social. 2008. 213 f. Tese (doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Maria das Graças e. Sustentabilidade Ambiental e (In) Sustentabilidade Social. In: _____. MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.